



# CÂMARA MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DA PLATINA

Palácio do Poder Legislativo "Vereador José Corrêa Gomes"

Av. Cel. Oliveira Motta, 715 - Centro - C.P. - 81 - CEP: 86430-000 - Fone (43) 3534-1220

email: [camarasap@uol.com.br](mailto:camarasap@uol.com.br) - site: [www.santoantoniodaplatina.pr.leg.br](http://www.santoantoniodaplatina.pr.leg.br)

## - PROCURADORIA JURÍDICA -

**Parecer Jurídico nº. 40/2020**

**Referência: Projeto de Lei nº. 03/2020**

**Autoria: Vereador Luiz Flávio Reinutti Maiorky**

**Ementa:** "Declara de utilidade pública a Cooperativa das Trabalhadoras Autônomas de Pesca e Acessórios Artesanais - COPESCARTE".

### i. RELATÓRIO.

Trata-se de parecer acerca da legalidade e constitucionalidade do Projeto de Lei nº 03/2020, de iniciativa do Vereador Luiz Flávio Reinutti Maiorky, que declara de utilidade pública a Cooperativa das Trabalhadoras Autônomas de Pesca e Acessórios Artesanais - COPESCARTE.

O Legislativo, em sua mensagem, mencionou que:

"Objetiva-se, com o presente Projeto de Lei, a obtenção do título de utilidade pública, no âmbito municipal, para a Cooperativa das Trabalhadoras Autônomas da Pesca e Acessórios Artesanais - COPESCARTE.

A cooperativa em comento é uma entidade civil de direito privado, sem fins lucrativos, que visa o desenvolvimento social e ambiental do Município de Santo Antônio da Platina, tendo em vista que busca o aproveitamento do potencial da cadeia produtiva do pescado e a geração de emprego e renda às famílias carentes do Povoado da Platina.

Seu compromisso é a valorização e resgate social da mulher, a eliminação da pobreza extrema e o direcionamento de atividades econômicas para um modelo de desenvolvimento social e ambientalmente sustentável.

Em que pese a referida entidade esteja instalada há mais de 02 (dois) anos no Município, ela existe já há 14 (quatorze) anos e é referência nacional na transformação da pele de peixe em couro e este em artigos de excelente qualidade. Sem fins lucrativos, ela promove no Município, como dito, ações voltadas à inclusão social, trabalho e renda, respeitando o meio ambiente e atendendo mais de 20 (vinte) famílias.

CÂMARA MUNICIPAL SANTO ANTÔNIO DA PLATINA

Reg nº 566/2020

Data 07/05/20 às 16 h 00 min

Nome Rafael Toledo



## CÂMARA MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DA PLATINA

Palácio do Poder Legislativo "Vereador José Corrêa Gomes"

Av. Cel. Oliveira Motta, 715 - Centro - C.P. - 81 - CEP: 86430-000 - Fone (43) 3534-1220

email: [camarasap@uol.com.br](mailto:camarasap@uol.com.br) - site: [www.santoantoniodaplatina.pr.leg.br](http://www.santoantoniodaplatina.pr.leg.br)

*Vale ainda mencionar que por meio do **Decreto Municipal nº. 433, de 07 de fevereiro de 2018**, dada a relevância das suas atividades, a Copescarte obteve permissão do Chefe do Executivo para uso de espaço público, qual seja um barracão situado na Rua Ametista, nº. 20, no Povoado da Platina - onde encontra-se desde então instalada.*

*Ademais, oportuno ressaltar que em anexo ao presente Projeto de Lei segue toda a documentação exigida para a declaração de sua utilidade pública - condição esta imprescindível para que possa promover um número ainda maior de atividades e atingir um número ainda maior de mulheres e famílias.*

*Assim, pelas razões expostas, espera-se o apoio dos Nobres Pares na tramitação do presente Projeto de Lei e a sua final aprovação."*

Além da justificativa apresentada o projeto está instruído com:

a) Solicitação de título de utilidade pública realizada pela Copescarte; b) Cópia do Comprovante de Inscrição e Situação Cadastral da Cooperativa das Trabalhadoras Autônomas da Pesca e Acessórios Artesanais - Copescarte, inscrita no CNPJ nº. 09.124.184/0001-76; c) Certidão Negativa de Débitos relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União; d) Ata de Assembléia Geral Extraordinária de Transferência de Município, Mudança de Endereço, Destituição de Membros da Diretoria e Conselho Fiscal de Antonina, acompanhada da respectiva lista de presença; e) Ata de Assembléia Geral Extraordinária - 3ª Alteração do Estatuto e Mudança de Endereço, acompanhada da respectiva lista de presença; f) 3ª Alteração do Estatuto e Mudança de Endereço; g) Ata de Assembléia Geral de Eleição e Posse da Diretoria Executiva da Cooperativa das Trabalhadoras Autônomas da Pesca e Acessórios Artesanais - Copescarte - de Santo Antônio da Platina/PR.; h) Relatório de Atividade 2018/2019/2020; i) Declaração da Presidente da Cooperativa das Trabalhadoras Autônomas da Pesca e Acessórios Artesanais, Sra. Maria das Graças Santiago de Moura Rosa, declarando que a mesma não recebeu verbas públicas até a presente data; j) Declaração da Presidente da Cooperativa das Trabalhadoras Autônomas da Pesca e Acessórios Artesanais, Sra. Maria das Graças Santiago de Moura Rosa, declarando que todos os cargos de diretoria não são remunerados e nem de outra forma como vantagem pessoal, que apenas prestam serviços e colaboração às famílias carentes e associados da cooperativa, com controle e organização de todas as reuniões e tarefas da cooperativa; l) Cópia dos documentos pessoais da Presidente da Cooperativa das Trabalhadoras Autônomas da Pesca e Acessórios Artesanais, Sra. Maria das Graças Santiago de Moura Rosa; m) Declaração do vereador autor, Luiz Flávio Reinutti Maiorky, declarando que tem conhecimento das atividades e da relevância dos serviços prestados pela entidade beneficiada; n) Ofício nº. 25/2020 de encaminhamento de documentação complementar pela Copescarte; o) Certidão Negativa de Débitos Tributários e de Dívida Ativa Estadual; p) Certidão Negativa de Débitos Municipais; q) Certidão Liberatória



# CÂMARA MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DA PLATINA

Palácio do Poder Legislativo "Vereador José Corrêa Gomes"

Av. Cel. Oliveira Motta, 715 - Centro - C.P. - 81 - CEP: 86430-000 - Fone (43) 3534-1220

email: [camarasap@uol.com.br](mailto:camarasap@uol.com.br) - site: [www.santoantoniodaplatina.pr.leg.br](http://www.santoantoniodaplatina.pr.leg.br)

do Tribunal de Contas do Estado do Paraná; r) Ata da Assembléia Extraordinária - 4ª Alteração do Estatuto Social, acompanhada da respectiva lista de presença; s) Termo de Autenticidade da Junta Comercial do Paraná; t) 4ª Alteração do Estatuto Social, acompanhada de Termo de Autenticidade da Junta Comercial do Paraná e; por fim, u) Relatório de Atividade 2019/2020.

A declaração de utilidade pública no Estado do Paraná é disciplinada pela Lei nº 17.826/2013 e alterações posteriores.

A norma em questão determina o cumprimento, por parte da entidade aspirante, de certos requisitos. A verificação do preenchimento dos requisitos se dá meramente por análise documental, anexada ao processo.

É o relatório. Passo a opinar.

## ii. ANÁLISE.

Primeiramente cumpre mencionar que a matéria prevista no presente projeto é de interesse local, estando, assim, atendidas as regras de competência e de iniciativa dispostas na Lei Orgânica de Santo Antônio da Platina (que reproduz o art. 30, inciso I, da Constituição Federal) e no Regimento Interno desta Casa de Leis, conforme segue:

*ARTIGO 5º - Ao Município compete prover a tudo quanto respeite ao seu peculiar interesse e ao bem-estar de sua população, cabendo-lhe privativamente, entre outras, as seguintes atribuições:*

*I - legislar sobre assuntos de interesse local; (LEI ORGÂNICA)*

*ARTIGO 21- Compete à Câmara Municipal, com a sanção do Prefeito, dispor sobre as matérias de competência do Município e especialmente:*

*I - dispor sobre assuntos de interesse local, inclusive suplementado a legislação federal e estadual; (LEI ORGÂNICA)*

*Art. 119 - A iniciativa dos projetos de lei cabe a qualquer Vereador, às Comissões Permanentes e ao Prefeito e aos cidadãos, ressalvados os casos de iniciativa exclusiva do Executivo e do Legislativo, conforme determinação constitucional ou Lei Orgânica do Município. (REGIMENTO INTERNO)*

*Art. 2º - A Câmara exercerá suas funções com independência e harmonia em relação ao Executivo, deliberando sobre todas as matérias de sua competência e de interesse do Município. (REGIMENTO INTERNO)*

Ademais, além de não se tratar de iniciativa reservada ao Chefe do Poder Executivo, cabe esclarecer que a presente propositura não cria obrigações



# CÂMARA MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DA PLATINA

Palácio do Poder Legislativo "Vereador José Corrêa Gomes"

Av. Cel. Oliveira Motta, 715 - Centro - C.P. - 81 - CEP: 86430-000 - Fone (43) 3534-1220

email: [camarasap@uol.com.br](mailto:camarasap@uol.com.br) - site: [www.santoantoniodaplatina.pr.leg.br](http://www.santoantoniodaplatina.pr.leg.br)

para o Poder Executivo, nem tampouco demanda novas despesas ao ente público - de onde se conclui por inexistir óbices legais à sua proposição por membro do Poder Legislativo local.

No mais, quanto ao mérito, cumpre dizer que a possibilidade da declaração de utilidade pública por entidades constituídas no Município de Santo Antônio da Platina dá-se por análise da documentação trazida em anexo ao Projeto de Lei em cotejo com a Lei Estadual nº 17.826/2013 (e alterações posteriores); posto inexistir, no banco de dados desta Casa de Leis, lei municipal que regule a matéria.

Pois bem, de acordo com o artigo 1º do citado diploma legal, o Título de Utilidade Pública será concedido por Lei a entidades que comprovem preencher os seguintes requisitos:

**Art. 1º.** O Título de Utilidade Pública será concedido por Lei a entidades que comprovem preencher os seguintes requisitos, por meio do respectivo Estatuto registrado no Estado do Paraná.

I - ser pessoa jurídica de direito privado constituída no Estado do Paraná ou que exerça atividades com representação no Estado, com ato constitutivo registrado;

II - ter personalidade jurídica há mais de um ano;

III - ter finalidade assistencial, educacional, cultural, filantrópica, de saúde, de pesquisa científica, de esporte, de proteção ao meio ambiente ou de proteção animal, desde que comprovado o interesse público das atividades desenvolvidas, prestando serviços de forma perene, efetiva e desinteressada à coletividade nos termos do respectivo Estatuto.

IV - não ter fins lucrativos, não distribuir lucros, bonificações, dividendos ou quaisquer outras vantagens aos seus associados, fundadores ou mantenedores e ter o respectivo patrimônio aplicado na consecução do objetivo social;

V - gestão administrativa e patrimonial que garanta e preserve o interesse público;

VI - que no caso de dissolução, a destinação do patrimônio será à entidade congênere ou ao Poder Público que efetuou a respectiva doação.

**Art. 2º.** O processo de instrução do Projeto de Lei de Utilidade Pública deve conter ainda:

I - certidão que ateste a regularidade da instituição junto à Receita Federal e Certidão Liberatória do Tribunal de Contas;

II - declaração do presidente da entidade atestando o recebimento ou não de verbas públicas e, em caso afirmativo, especificando o valor, a origem e a destinação dada;

III - declaração do autor do Projeto de Lei de que tem conhecimento das atividades e da relevância dos serviços prestados pela entidade a ser beneficiada com o Título de Utilidade Pública;

IV - relatório de atividades da entidade nos últimos doze meses, assinado pela diretoria da instituição, comprovando fim público de prestação de serviços úteis à coletividade;

V - ata da última assembléia geral e ata de posse da diretoria averbada no registro do ato constitutivo, contendo a qualificação completa da diretoria eleita;

VI - declaração do presidente da instituição, com firma reconhecida em cartório, atestando que os cargos de diretoria não são



## CÂMARA MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DA PLATINA

Palácio do Poder Legislativo "Vereador José Corrêa Gomes"

Av. Cel. Oliveira Motta, 715 - Centro - C.P. - 81 - CEP: 86430-000 - Fone (43) 3534-1220

email: [camarasap@uol.com.br](mailto:camarasap@uol.com.br) - site: [www.santoantoniodaplatina.pr.leg.br](http://www.santoantoniodaplatina.pr.leg.br)

remunerados e que a instituição presta serviços de relevante interesse público.

Nota-se, portanto, pela documentação completa enviada pela entidade, que todas as exigências acima transcritas foram comprovadamente cumpridas.

Desta feita, uma vez apresentada a documentação completa, do ponto de vista legal e constitucional não há óbice quanto a declaração de utilidade pública, cingindo-se à discricionariedade dos edis quanto ao merecimento.

### iii. CONCLUSÃO.

Neste sentido, por tudo quanto exposto, opino pela legalidade e constitucionalidade do Projeto de Lei nº 03/2020, que "Declara de utilidade pública a *Cooperativa das Trabalhadoras Autônomas de Pesca e Acessórios Artesanais – COPESCARTE*."

Contudo, cabe explicitar que tal parecer não vincula as comissões permanentes, nem tão pouco reflete o pensamento dos edis, os quais deverão apreciar o presente Projeto de Lei.

É o parecer.

Santo Antônio da Platina/PR., 05 de maio de 2020.

  
Ana Carla dos Santos Pereira

OAB/PR 43.898

\_\_\_\_ Advogada da Câmara - Dec. Leg. 19/2015 \_\_\_\_